## PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA CONTROLE INTERNO

Abaetetuba-PA, 24 de Abril de 2020.

PARECER 003/2020 -DISPENSA DE LICITAÇÃO -CONTROLE INTERNO.

**OBJETO:** EMERGENCIAL AQUISIÇÃO DE KIT CESTA BÁSICA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EM SEUS SERVIÇOS OFERECIDOS PELOS PROGRAMAS SOCIOASSISTENCIAIS DO GOVERNO FEDERAL.

DATA DA ABERTURA DO PROCESSO: 06.04.2020

EMPRESA: SEBASTIÃO Q. FERREIRA-ME -CNPJ 07.137.759/0001-60 VALOR GLOBAL: R\$ 1.496,040,00 (um milhão quatrocentos e noventa e seis mil e quarenta reais) pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

CONCEIÇÃO PAES DE SOUZA, Funcionária Pública Municipal efetiva, e nomeada a partir de 01/10/2017, através de Portaria Municipal nº 474/2017 GP, para exercer a função de Controladora Geral, inscrita sob matricula nº 003405-3. Em analise conforme determinação contida no \$1°, do art. 11, da resolução N°. 11.535/TCM, de 01 de Julho de 2014. , que analisou integralmente o Processo de Dispensa 003/2020, e com base nas regras insculpidas pela Lei Federal n.º 13.979 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra formalidades legais, revestido de todas as art. 4°, em virtude da conformidade com o situação emergencial- pandemia de COVID-19. O Parecer Jurídico foi favorável pela possibilidade de contratação por Dispensa de Licitação.

Rua Siqueira Mendes, 1359 - Centro - Abaetetuba - Pará - CEP: 68440-000 - CNPJ: 05.105.127/0001-99 - Fone: (091) 3751-2022



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA CONTROLE INTERNO

Do ponto de vista orçamentário verificamos a existência de dotação suficiente para a efetivação da contratação emergencial em referência, estando apta a gerar despesas para a municipalidade.

Portanto, salvo melhor juízo, este controle interno entende que o processo foi satisfatório, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas do processo em epígrafe, e por fim, declara estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Encaminho o presente processo de dispensa para a Comissão Permanente de Licitação.

ANA CONCEIÇÃO PAES DE SOUZA

CONTROLADORA GERAL PORTARIA N° 474/2017